

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.441 - SP (2019/0022808-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ELECTRONIC ARTS LTDA  
**ADVOGADOS** : RICARDO BARRETTO FERREIRA DA SILVA - SP036710  
PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER - SP146221  
DANIELLE CHIPRANSKI CAVALCANTE - SP292183  
**AGRAVANTE** : OMAR CONSTANTE REIS SANTOS  
**ADVOGADOS** : MARCEL GOMES BRAGANÇA RETTO - SP157553  
LUCIANE ELIZABETH DE SOUSA BARROS - SP180867  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ELECTRONIC ARTS LTDA, de decisão que não admitiu o recurso especial fundamentado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (fls. 2.454-2.455):

*Ação de indenização - Uso de imagem de jogador de futebol em jogos eletrônicos Fifa Soccer e Fifa Manager - Cerceamento de defesa - Não configuração - Caberia a cada qual das partes instruir a primeira manifestação dos autos com documentos pertinentes às suas teses - Inexistência de justificativa para a pretendida juntada de documentos suplementares - Outras provas que não se mostram necessárias ao julgamento da causa - Julgamento antecipado devidamente fundamentado - Inépcia da inicial - Não caracterização - Documentos que instruem a inicial se mostram satisfatórios - Impossibilidade de se configurar cerceamento de defesa - Fato que se pretendia demonstrar com a juntada dos jogos aos autos, que é incontroverso, ou seja, que a imagem do autor (nome, características físicas, posição de jogo, etc etc) foi efetivamente utilizada nas edições referidas na inicial - Prescrição - Não verificação - Jogos que foram colocados no mercado para venda e ainda permanecem - Violação que se protraí no tempo - Supressio - Instituto incabível - Ausência de relação contratual entre as partes - Impossibilidade de exigir do autor a prática de ato de boa-fé no cumprimento de ajuste - Ausência de qualquer conduta que pudesse revelar a intenção do autor de não acionar a requerida - Demonstração, pela requerida, de que o Clube para o qual o autor cedeu seu direito de imagem autorizou a requerida a utilizar a imagem do autor na edição de 2014 até 2017 - Contrato firmado em agosto de 2013 - Indenização conferida ao Clube em relação às edições pretéritas de 2012 e 2013 - Regularidade - Inexistência de autorização pelo*

*autor ou pelo Clube em relação à edição de 2011 - Impossibilidade de ser reconhecida cessão regular de direitos em relação ao ajuste firmado entre a requerida e a Fifpro ou ao Sindicato - Direito pessoal - Irregularidade do uso da imagem na edição de 2011 que deve ser reconhecida*

*- Direito de indenização - Aplicação da Súmula 403 d STJ*

*- Valor indenizatório que comporta redução para R\$ 10.000,00 que se mostra adequado e razoável à espécie - Correção monetária a contar da fixação (sentença) e juros de mora a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ) - Recursos parcialmente providos.*

Os embargos de declaração opostos por Electronic Arts Ltda foram acolhidos em parte para fins de prequestionamento e os aclaratórios de Omar Constante Reis Santos foram rejeitados.

No recurso especial, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 186, 206, § 3º, V, 884, 927 e 944 do Código Civil; 82, *caput* e § 2º, 85, *caput* e § 2º, 86, e 1.022, I, II e III, do Código de Processo Civil/2015. Sustenta, em síntese:

i) negativa de prestação jurisdicional por omissões e contradições e erro material quando do julgamento dos embargos de declaração opostos na origem;

ii) a ocorrência de prescrição, alegando que "*as edições dos jogos são lançadas sempre alguns meses antes de encerrar o ano anterior àquele indicado na capa*", de forma que está prescrito o pleito indenizatório "*em relação as edições FIFA Soccer de 2012 (lançada em 2011) e FIFA Manager 2011 (lançada em 2010) e 2012 (lançada em 2011)*" (fl. 2.540). Afirma que não o recorrido não fez prova de que a EA teria produzido e comercializado os jogos FIFA Soccer, edições 2012 e FIFA Manager, 2011 e 2012 após o referido ano de capa. A respeito da atuação tardia do recorrido, invoca a aplicação da *supressio*.

iii) a ausência de ato ilícito e do dever de indenizar, defendendo a inexistência de uso indevido de imagem e de dever de indenizar, uma vez que lhe foi dada autorização, ainda que tácita, para uso da imagem do recorrido, cabendo considerar, outrossim, que a imagem utilizada é mera representação gráfica e genérica de figuras masculinas. Mais, aponta que o recorrido sequer negou a existência de autorização cedida, mas, sim, se limitou a afirmar que não reconhece sua validade no território nacional, o que não procede, uma vez

que a Federação Internacional dos Jogadores Profissionais de Futebol - FIFPRO é entidade mundial (fl. 2.548).

No ponto, diz que a FIFPRO lhe concedeu expressa licença para exploração de nome, imagem, características e representações visuais de todos os jogadores vinculados às associações regionais de todo o mundo (fl. 2.549). Aponta a existência de uma cadeia de cessões de direito, a legitimar sua atuação;

iv) a redução do valor da indenização, em razão de o recorrido não ter provado que a utilização de sua imagem trouxe qualquer valor agregado ao produto comercializado pela ré, pelo que a indenização pretendida não tem cabimento. Aduz que *"fama não é acessório de publicidade, não possui carga valorativa"* (fl. 2.554);

v) os ônus da sucumbência foram fixados de forma equivocada;

vi) os juros devem ser contados desde a fixação da verba indenizatória.

É o relatório. Decido.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Cuida-se de ação de indenização por uso indevido da imagem noticiando o autor que a requerida, ora recorrida teria utilizado, de forma indevida, sua imagem e características em jogos eletrônicos Fifa Soccer e Fifa Manager, causando-lhe danos que devem ser indenizados.

O Juízo de Primeiro Grau julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando a ré ao pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de indenização pelo uso não autorizado da imagem do autor nos jogos indicados na inicial (fls. 1.763/1.766). O TJSP reduziu o valor da condenação para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

No que se refere à preliminar suscitada, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses do recorrente, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração e nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento

fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.*

*1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.*

*[...]*

*3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.*

*489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

*(EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, **CORTE ESPECIAL**, julgado em 15/06/2016, DJe 03/08/2016 - grifou-se).*

Quanto a prescrição, o Tribunal de origem assim dispôs (fl. 2.460/2.461, e-STJ):

*Em que pese a aplicação do prazo trienal, para a verificação da prescrição, é fato incontroverso que os jogos relativos às edições referidas na inicial, incluindo 2011, 2012, 2013 e 2014 permaneceram expostos à venda permitindo reconhecer que a alegada violação de direito da imagem se protraiu no tempo e a violação não ocorreu apenas quando os jogos foram efetivamente lançados, que segundo a requerida ocorre no semestre que antecede aquele ano. Desta forma, a invocada prescrição foi afastada pela sentença apelada não prosperando a insurgência da defesa.*

*Igualmente deve ser afastada a pretendida aplicação do instituto da "supressio". Com efeito, não há como se considerar ter havido inércia do exequente durante o longo período...*

Como se vê dos excertos acima transcritos, o Tribunal de origem concluiu pela não ocorrência da prescrição, com base no conjunto fático-probatório dos autos, o que

inviabiliza o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7/STJ: "A *pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial*".

Ademais, ao concluir pela violação continuada da imagem, que justifica a reparação civil e afasta a prescrição na espécie, o Tribunal de origem não divergiu do entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, incidindo assim, o óbice da Súmula 83/STJ quanto ao ponto. A propósito:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. PLÁGIO DE OBRA LITERÁRIA. DANO MORAL E MATERIAL. ARTS. 189 E 206, § 3º, V, DO CC. PRAZO PRESCRICIONAL. VIOLAÇÃO CONTINUADA. TERMO INICIAL. DATA DA ÚLTIMA EXIBIÇÃO DA NOVELA. PRECEDENTE. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL FEITO POR AMBAS AS PARTES. DEFERIMENTO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. REFORMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ.*

[...]

*2. O prazo prescricional para a propositura de ação indenizatória por ofensa a direito autoral é de 3 anos. **Porém, o termo a quo nasce a cada dia em que o direito é violado. Assim, se a violação do direito é continuada, de tal forma que os atos se sucedam em sequência, a prescrição ocorre do último deles.***

*3. No caso concreto, a alegada lesão ao direito da autora se protraiu no tempo, de 20/6/2005, data em que apresentado o primeiro capítulo, até 10/3/2006, quando exibido o último capítulo do folhetim, não se encontrando prescrita a ação ajuizada aos 9/9/2008).*

[...]

*6. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 661.692/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 4/8/2017 - grifou-se).*

*ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL. PRAZO PRESCRICIONAL. SUCESSIVOS ATOS GERADORES DO DANO MORAL. TERMO INICIAL ÚLTIMO ATO PRATICADO.*

*Este Tribunal tem entendimento de que, **quanto ao prazo prescricional de ação de indenização por danos morais, o termo inicial em caso de violação continuada, conta-se a partir do***

**último ato praticado.**

*Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no REsp 1231513/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 26/4/2011 - grifou-se).*

**CIVIL. PRESCRIÇÃO. DIREITO DE IMAGEM. Violação continuada. Para fins prescricionais, o termo 'a quo', envolvendo violação continuada ao direito de imagem, conta-se a partir do último ato praticado.**

*Ausência de elementos probatórios quanto à autorização anterior para a publicação da fotografia. Exploração de imagem sem contrato escrito, se limita ao prazo máximo de cinco anos. Art. 49, III da Lei 9610/98. Valor moral arbitrado em consonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

**RECURSO IMPROVIDO.** *(REsp 1014624/RJ, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, DJe 20/3/2009 - grifou-se).*

**CIVIL. PRESCRIÇÃO. VIOLAÇÃO CONTINUADA. INOCORRÊNCIA.**

*A continuada violação do direito de propriedade dos recorridos por atos sucessivos de poluição praticados pela recorrente importa em que se conte o prazo prescricional do último ato praticado.*

*Recurso não conhecido.*

*(REsp 20.645/SC, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, DJ 7/10/2002, p. 258).*

Quanto ao reconhecimento da ofensa ao direito de imagem do ora recorrido, a Corte de origem consignou o seguinte (fls. 2.462/2.466):

*No que tange ao pedido de indenização propriamente dito, tem-se que o contrato de fls. 647/653 firmado entre o Esporte Clube Bahia e a requerida confere autorização para que a requerida utilize a imagem do autor, incluindo nome, características, apelidos e outros elementos que possam identifica-lo como jogador daquela agremiação. O autor não nega que, nos moldes da Lei Pelé, se encontra vinculado à agremiação em questão, como revela a narrativa inicial, devendo assim ser considerada regular a contratação acima referida firmada entre a ré e o Esporte Clube Bahia para a cessão da imagem do autor, o que inviabiliza seja considerado indevido referido uso.*

*Anota-se, contudo, que o contrato em questão foi firmado em 01 de agosto de 2013, abrangendo assim as edições dos jogos Fifa Soccer (2014) e Fifa Manager (2014) colocadas no mercado em*

*data posterior e não às edições anteriores. Anota-se que o Clube recebeu pela cessão de direitos e assim não poderia a requerida ser compelida ao pagamento repetido de verba, pela mesma causa. A própria requerida afirma que a edição dos jogos é lançada no semestre que antecede aquele ano, permitindo concluir, destarte, que a autorização representada pelo contrato de fls. 647/653 somente abrangeu a edição de 2014 de cada qual dos jogos, que ocorreria no exercício subsequente. Para referida cessão, incluindo as edições de 2013 (data da contratação) até 2017 o Clube recebeu R\$ 36.000,00.*

*O autor, na condição de jogador contratado pelo Esporte Clube Bahia cedeu sua imagem ao Clube nos termos da Lei 9615/98, e este, por sua vez, cedeu à ré o direito de explorar a imagem do autor, enquanto jogador daquela agremiação, tornando, destarte, regular a conduta da ré naquelas circunstâncias. Caso tenha havido incorreção do Clube na cessão de direitos e pretenda o autor discutir esta matéria, terá que fazê-lo junto ao Esporte Clube Bahia e não à requerida.*

*Anota-se que o instrumento em questão também disciplinou o uso da imagem do autor no que tange aos produtos relativos ao período de 2012 e 2013, para o qual o Clube recebeu o valor de R\$ 20.000,00. Possível concluir que se tratou de remuneração pelo uso pretérito da imagem do autor e como o Clube se encontrava autorizado a ceder ou negociar a imagem do autor, referido ajuste deve ser considerado válido também no que tange a referidas edições.*

*No que tange à edição de 201, contudo, a requerida não logrou êxito em demonstrar que teria obtido regular autorização para o uso da imagem do autor, na condição de jogador do Esporte Clube Bahia. Não há qualquer demonstração de que o autor tenha cedido à Fifpro o uso do direito de sua imagem, características ou*

*No que tange à edição de 201, contudo, a requerida não logrou êxito em demonstrar que teria obtido regular autorização para o uso da imagem do autor, na condição de jogador do Esporte Clube Bahia. Não há qualquer demonstração de que o autor tenha cedido à Fifpro o uso do direito de sua imagem, características ou quaisquer outros elementos, não sendo aceitável que a requerida pretenda que a autorização conferida pelo Sindicato torne regular o uso da imagem do autor no período. Cuida-se de um direito pessoal do autor e somente este poderia ceder a terceiros. Nem o autor e nem o Clube que poderia ceder direitos recebidos do postulante autorizaram o uso da imagem do autor no período (2011), permitindo concluir que houve uso indevido a ensejar a indenização nos moldes pretendidos pelo postulante.*

*Neste sentido, cabe ressaltar o teor da Súmula 403 do Superior*

*Tribunal de Justiça: 'Independência de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais'.  
[...]*

Como se vê, o Tribunal de origem concluiu, com base nos fatos e nas provas presentes nos autos, que a ora recorrente utilizou indevidamente da imagem do autor em jogos eletrônicos, mesmo sem a sua expressa autorização nesse sentido, o que evidenciou o dano moral passível de reparação civil. Dessa forma, a revisão do acórdão recorrido esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Ressalte-se, por oportuno, que "*Independência de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais*" (Súmula n. 403 do STJ)" AgInt no AREsp 880.008/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 26/8/2016). Nesse mesmo sentido:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIREITO À IMAGEM. AUTORA FOTOGRAFADA SEM O DEVIDO CONSENTIMENTO. PRÁTICA DE TOPLESS. PUBLICAÇÃO DA FOTO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. VALOR DA CONDENAÇÃO. REVISÃO. CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. JUROS DE MORA. MANUTENÇÃO.*

*1. A Corte de origem, soberana na análise do acervo fático-probatório constante nos autos, assentou que as fotografias publicadas pela recorrente não se preocuparam em retratar a paisagem praiana, mas objetivaram, sem o devido consentimento, expor a imagem pessoal da recorrida, em fotos sequenciais com os seios descobertos. A revisão desse entendimento encontra óbice na Súmula nº 7 do STJ.*

***2. A simples veiculação de imagem, sem a devida autorização, configura elemento suficiente para a caracterização do dano moral indenizável, notadamente ante o caráter in re ipsa que o permeia.***

*(Súmula nº 403 do STJ).*

*3. A Corte de origem, amparada na análise do acervo fático-probatório constante nos autos, apontou a ausência de consentimento para a obtenção de imagens da recorrida, bem como várias vicissitudes de ordem moral para concluir pela*



*cristalização do dano na espécie, situações que não podem ser revistas, ante o óbice previsto na Súmula nº 7 do STJ.*

*4. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou o caráter irrisório da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 5. No julgamento do Recurso Especial n. 1.132.866/SP, este Tribunal Superior afastou a tese de que os juros de mora deveriam incidir somente a partir do arbitramento nas hipóteses de responsabilidade civil extracontratual (REsp 1.132.866/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/11/2011, DJe 3/9/2012).*

*6. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no REsp 1.279.361/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 22/5/2018).*

Relativamente ao *quantum* indenizatório, a jurisprudência desta Corte Superior tem firmado entendimento no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de dano moral somente deve ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Na presente hipótese, o acórdão recorrido reduziu o valor da indenização para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), consignando o que se segue:

*Desta forma, surge a necessidade de avaliação quanto ao valor de indenização fixado pela sentença apelada em R\$ 50.000,00, pretendendo o autor sua elevação, enquanto a requerida advoga sua redução por classificar aquele montante como exacerbado e desproporcional.*

*Conforme adrede reconhecido, houve autorização para que a requerida passasse a utilização a imagem do autor nos jogos Fifa a partir de agosto de 2013, bem assim que no período de 2012 e 2013 houve indenização no valor de R\$ 20.000,00, restando, portanto, o uso indevido da imagem do autor em relação à edição do jogo Fifa Manager 2011.*

*O valor da indenização deverá ser reduzido, destarte, para abranger apenas o período em que a infração ocorreu, devendo assim corresponder a R\$ 10.000,00 que se mostra razoável para a justa compensação pelos danos experimentados pelo autor, e proporcional à gravidade da conduta e do resultado lesivo.*

Nota-se, portanto, que o Tribunal estadual decidiu mediante as peculiaridades do caso concreto, não se revelando irrisórios os valores fixados, que justificariam a sua revisão, incidindo a Súmula n. 7/STJ a obstaculizar o conhecimento do recurso.

Quanto ao termo inicial dos juros de mora, a Corte local entendeu pela sua incidência **a partir da citação**.

Por outro lado, a recorrente afirma que tal entendimento está em confronto com a jurisprudência desta Corte, pois, conforme aduz *"Só há mora quando o valor é conhecido pelo devedor, o que, em caso que envolve responsabilidade extrapatrimonial, é o arbitramento. Até porque o arbitramento da quantia na via judicial é estabelecido para momento presente, e, nesta oportunidade já leva consideração, inclusive, a demora, maior ou menor, existente no caso dos autos" [...]* *O acórdão recorrido, por sua vez, apesar de estar diante de dano moral puro, extrapatrimonial, e meramente estimado pelo Recorrido, registrou que os juros devem incidir a partir da citação, de forma claramente OPOSTA à do acórdão paradigma"* (fl. 2.581, e-STJ).

A tese da recorrente não tem amparo na jurisprudência desta Corte, segundo a qual *"O fato de, no caso de dano moral puro, a quantificação do valor da indenização, objeto da condenação judicial, só se dar após o pronunciamento judicial, em nada altera a existência da mora do devedor, configurada desde o evento danoso. A adoção de orientação diversa, ademais, ou seja, de que o início da fluência dos juros moratórios se iniciasse a partir do trânsito em julgado, incentivaria o recorristo por parte do devedor e tornaria o lesado, cujo dano sofrido já tinha o devedor obrigação de reparar desde a data do ato ilícito, obrigado a suportar delongas decorrentes do andamento do processo e, mesmo de eventuais manobras processuais protelatórias, no sentido de adiar a incidência de juros moratórios"* (REsp 1.132.866/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, **SEGUNDA SEÇÃO**, DJe 3/9/2012).

Nesse mesmo sentido é o já citado AgInt no REsp 1.279.361/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 22/5/2018.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, quanto à distribuição da sucumbência, o acórdão recorrido deu parcial provimento aos recursos da parte autora e da ré, como consequência: *"cada parte deverá responder pelas custas processuais a seu cargo, fixados honorários advocatícios em R\$ 3.000,00, que cada parte deverá suportar perante seus patronos"* E, ainda: *"Tendo em vista a sucumbência recíproca, deixo de fixar honorários recursais nos moldes do Artigo 85 do Código de Processo Civil"*.

No ponto, a irresignação não prospera, pois *"Segundo jurisprudência firmada no âmbito desta Corte, a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame em recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, aplicando-se à hipótese a Súmula 7/STJ. Precedentes"* (AgInt no AREsp 573.154/CE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 1/8/2018).

Nesse mesmo sentido: AgInt no AREsp 1.032.790/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 16/5/2018; AgInt no AREsp 894.618/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 25/6/2018; AgInt no AREsp 1.011.137/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 30/4/2018.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial de ELECTRONIC ARTS LTDA e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator